

COMISSÃO ESPECIAL SOBRE PREVENÇÃO E AUXÍLIO A DESASTRES E CALAMIDADES NATURAIS

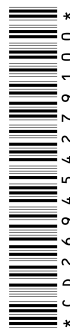
REQUERIMENTO Nº , DE 2026 (DO Sr. GILSON DANIEL)

Requer a realização de Audiência Pública para debater os possíveis impactos do fenômeno El Niño 2026/2027 e as estratégias necessárias para o fortalecimento da capacidade de prevenção, preparação e resposta do Poder Público diante dos riscos de eventos climáticos extremos.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com os seguintes convidados:

- Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais – Cemaden;
- Presidente do Instituto Nacional de Meteorologia – INMET;
- Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, ou representante por ele designado;
- Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional, ou representante por ele designado, preferencialmente da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil;
- Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ou representante por ela designada;



- Presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil convive, de forma crescente, com eventos climáticos extremos que têm provocado elevados impactos sociais, econômicos e ambientais, impondo grandes desafios às políticas públicas de prevenção e proteção da população.

Estudos recentes elaborados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), em conjunto com projeções do Centro Europeu de Previsões Meteorológicas de Médio Prazo (ECMWF), utilizando ainda informações da Administração Nacional Oceânica e Atmosférica dos Estados Unidos (NOAA) e do Bureau of Meteorology da Austrália, indicam a possibilidade de formação de um fenômeno El Niño de forte intensidade durante o ciclo 2026/2027, com aquecimento superior a 2°C nas águas do Pacífico Equatorial Central.

Embora o El Niño não cause, por si só, desastres diretos, trata-se de um importante fenômeno de variabilidade climática capaz de alterar significativamente os padrões de temperatura e precipitação em diversas regiões do planeta, aumentando a probabilidade de ocorrência de eventos extremos, como estiagens prolongadas, ondas de calor, incêndios florestais, tempestades severas, enxurradas e deslizamentos de terra.

As projeções indicam que as regiões Sudeste e Centro-Oeste poderão enfrentar redução das chuvas durante parte da estação chuvosa, acompanhada por temperaturas acima da média histórica, comprometendo a recuperação de reservatórios, elevando o risco hidrológico em bacias estratégicas e ampliando a ocorrência de ondas de calor.

Ao mesmo tempo, a interação entre calor intenso, elevada umidade e frentes frias poderá favorecer episódios de precipitações intensas em curto intervalo de tempo, aumentando os riscos de enchentes, inundações



e movimentos de massa, especialmente em municípios já caracterizados por elevada vulnerabilidade socioambiental.

Os impactos potenciais transcendem os aspectos meteorológicos e alcançam áreas essenciais da administração pública, incluindo segurança hídrica, abastecimento de água, produção agrícola, geração de energia, saúde pública, educação, assistência social, infraestrutura urbana e proteção das populações residentes em áreas suscetíveis a desastres.

Nesse contexto, destaca-se o relatório técnico divulgado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo¹, elaborado com base em informações do Cemaden e de organismos internacionais, que reúne mais de cinquenta recomendações dirigidas aos gestores estaduais e municipais voltadas à preparação antecipada para o período de maior risco climático.

Entre as recomendações constam a revisão dos Planos Municipais de Contingência de Proteção e Defesa Civil, o fortalecimento das Coordenadorias Municipais de Defesa Civil, o planejamento de contratações preventivas, a adequação orçamentária, a ampliação das ações de vigilância epidemiológica, o mapeamento de escolas situadas em áreas de risco, a identificação prévia de populações vulneráveis e o desenvolvimento de campanhas de comunicação social voltadas à prevenção.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que o Poder Legislativo promova amplo debate com os principais órgãos responsáveis pelo monitoramento climático, pela gestão de riscos e desastres, pela segurança hídrica, pela saúde pública e pela formulação das políticas nacionais de adaptação às mudanças climáticas.

A presente Audiência Pública permitirá conhecer as projeções mais recentes para o fenômeno El Niño 2026/2027, avaliar o grau de preparação do País para enfrentar seus possíveis impactos, identificar medidas prioritárias de prevenção e adaptação e discutir formas de aperfeiçoar a articulação entre União, Estados e Municípios, fortalecendo a capacidade institucional brasileira para reduzir vulnerabilidades, proteger vidas humanas e minimizar prejuízos econômicos e sociais.

¹ www.tcees.tc.br/noticias-banner/tribunal-de-contas-emite-nota-com-mais-de-50-recomendacoes-ao-estado-e-aos-municipios-para-enfrentamento-de-efeitos-do-el-nino/



Trata-se, portanto, de iniciativa plenamente alinhada aos objetivos desta Comissão Especial, cuja missão consiste justamente em discutir mecanismos destinados ao aperfeiçoamento das políticas públicas de prevenção, mitigação, preparação e resposta aos desastres naturais, privilegiando a atuação preventiva em detrimento das ações meramente reativas.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado GILSON DANIEL
PODE/ES

